



Termo de Referência para contratação de serviço de consultoria para execução da Fase 1 de projeto piloto no Brasil para desenvolvimento de indicadores de Paisagens Florestais Intactas (PFI) no nível da paisagem

O FSC Brasil® é uma organização não-governamental, independente e sem fins lucrativos, cuja missão é promover o bom manejo das florestas brasileiras conforme os Princípios e Critérios do Forest Stewardship Council – FSC.

Aos interessados, a Diretoria Executiva do FSC Brasil, no uso de suas atribuições, solicita o envio de proposta técnica e comercial orientada pelo presente Termo de Referência.

1. Objeto

Contratação de consultoria técnica especializada para dar suporte ao FSC Brasil na implementação da Moção 23/2022, por meio da execução da **Fase 1** de um projeto piloto no Brasil para o desenvolvimento de indicadores de Paisagens Florestais Intactas (PFI), considerando o nível mais amplo da paisagem, a serem submetidos ao FSC Internacional como parte do processo de revisão do Padrão de Certificação FSC para Florestas Naturais no Brasil.

2. Contexto

No início deste século, havia 1,3 bilhão de hectares de florestas consideradas Paisagens Florestais Intactas (PFIs) no mundo, equivalente a 23% da área global coberta por florestas. Cerca de 90% das PFIs naquela época estavam localizadas em florestas tropicais/subtropicais e boreais. As PFIs estavam distribuídas por 66 países, com uma concentração significativa no Canadá, Rússia e Brasil, que juntos representavam 64% das florestas PFIs do mundo - para dados atuais, visite <https://intactforests.org/data.ifl.html>. No Brasil, todas as PFIs mapeadas estão localizadas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica.

Dada a importância da conservação dos remanescentes de florestas no mundo, em 2014, durante Assembleia Geral, os membros do FSC aprovaram a Moção 65, que demandou o desenvolvimento de indicadores e o fortalecimento da proteção de PFIs nos padrões de certificação FSC. De uma perspectiva operacional, essa moção também requereu a proteção integral da maior parte das PFIs existentes dentro dos limites da Unidade de Manejo Florestal certificada ou sob interesse de certificação, organizadas em uma área nuclear não inferior a 80% das PFIs. Para acesso a um vídeo explicativo produzido pelo FSC Brasil sobre a área nuclear, clique [aqui](#).

De uma perspectiva normativa, a Moção 65/2014 foi implementada por meio de Indicadores Genéricos Internacionais (IGIs) específicos para PFIs, estabelecidos no documento [FSC-STD-60-004-V2-0](#), e através da [Nota de Orientação ADV-20-007-018](#), para áreas que não possuam Padrões de Manejo Florestal aprovados baseados na versão 2-0 dos IGIs (como no caso do Brasil). Como resultado de sua implementação, operações certificadas FSC sobrepostas à PFIs ficaram comprometidas, uma vez que as medidas restritas estabelecidas, segundo detentores de certificados, inviabilizavam a sustentabilidade econômica do manejo florestal de impacto reduzido.

Diante das consequências, em 2017, em Assembleia Geral, a Moção 34 foi aprovada pelos membros do FSC, a qual solicitava avaliações regionais dos impactos de curto e longo prazo das medidas de proteção de PFIs associadas com a Moção 65/2014 e dos Indicadores



Genéricos Internacionais (IGIs). Como resposta à moção, o FSC Brasil conduziu uma avaliação na Amazônia Brasileira. Os resultados indicaram que medidas restritivas sobre Unidades de Manejo Florestal certificadas FSC, conforme requerido pela Moção 65/2014, inviabilizariam a sustentabilidade econômica das operações, fazendo com que os empreendimentos desistissem da certificação FSC ou buscassem esquemas de certificação alternativos e menos restritivos. Ademais, a ausência da certificação diminuiria externalidades ambientais e sociais positivas. Ainda, haveria um comprometimento significativo da meta do FSC de aumento de certificação em áreas de florestas tropicais, que, por sua vez, poderia gerar o efeito colateral de mais áreas florestais, incluindo PFIs, expostas ao risco de desmatamento e degradação. Caso deseje ter acesso ao resumo executivo do relatório de avaliação, clique [aqui](#).

Em 2022, também em Assembleia Geral, os membros do FSC aprovaram a Moção 23, a qual demandou o uso de abordagens de paisagem adaptadas às condições locais e fortalecimento do Comitê de Desenvolvimento de Padrões (CDP), para melhorar a proteção de Paisagens Florestais Intactas. Como resultado dessa moção, espera-se endereçar a conservação das PFIs no nível da paisagem, considerando a Unidade de Manejo Florestal como uma parte integrante de uma paisagem mais ampla, bem como complementar a identificação de PFIs por meio de análises e medidas complementares (por exemplo, a verificação do terreno, abaixo da copa das árvores, poderá levar a atualização dos limites de uma PFI identificada com base na melhor informação disponível tomada por imagens de satélite).

Na esteira da implementação da Moção 23/2022, em 2023, o Conselho Diretor do FSC Internacional aprovou o desenvolvimento e execução de projetos pilotos como meio para se avançar no apoio aos CDPs na avaliação de identificação, indicadores e limiares para manejo florestal em PFIs, considerando o nível de paisagem no contexto nacional/regional. Para mais informações, clique [aqui](#).

O FSC Brasil apresentou uma proposta ao FSC Internacional e foi selecionado para a execução de um projeto piloto, o qual é objeto deste Termo de Referência. Projetos pilotos também estão sendo desenvolvidos no Peru, Bacia do Congo e Canadá.

Em 2024, o Conselho Diretor do FSC Internacional aprovou a extensão da regra provisória [ADV-20-007-18-V3-0](#), a qual descreve medidas relacionadas à proteção de PFIs. A regra provisória foi prorrogada até 30 de junho de 2026, estendendo o tempo para que os projetos pilotos possam ser desenvolvidos, seus resultados analisados, discutidos, aprovados e incorporados em um processo de revisão do Padrão de Certificação Florestal. Enquanto isso, foi permitido que empreendimentos que possuam áreas em sobreposição com PFIs, mantenham suas operações, com base em necessidade e em conformidade com as demais condições da Norma de Orientação, além do limite da proteção de 80% e até +50%.

Portanto, o projeto piloto servirá como um produto crucial para adaptar os requerimentos do FSC sobre PFI à realidade brasileira, considerando a escala da paisagem, de modo a manter a sustentabilidade do manejo florestal de impacto reduzido como atividade conservacionista, a melhoria na proteção das PFI, e a viabilidade da ampliação dos benefícios da certificação FSC pelo aumento do número de empreendimentos certificados no país.

A **Fase 1** deste projeto é representada por atividades de refinamento da base de dados que caracterizam as PFIs no Brasil, com base nas melhores informações disponíveis; a definição de critérios para delimitação de paisagens; abordagem de PFIs no nível da paisagem; e proposta de priorização de paisagens para execução de diálogos, e revisão dos critérios e limiares para proteção de PFIs no Padrão de Certificação FSC para Florestas Naturais no Brasil.

Na sequência, a Fase 2 visará estabelecer abordagens de melhoria das PFIs, considerando o

nível da paisagem e a zona de influência do empreendimento, por meio da proposta de novos indicadores ou adequações dos indicadores existentes no Padrão de Certificação FSC para Florestas Naturais no Brasil.

A Fase 3 levará a proposta de indicadores para discussão junto às partes afetadas e interessas em diálogos na(s) paisagem(ns).

Por fim, a Fase 4 considerará os resultados obtidos no(s) diálogo(s) na(s) paisagem(ns) e os levará para consulta pública. Ao final, os resultados serão consolidados e levados à aprovação do FSC Internacional como parte da revisão dos indicadores de PFIs no Padrão de Certificação FSC para Florestas Naturais no Brasil, baseado nos resultados do projeto piloto implementado.

3. Atividades a serem desenvolvidas e produtos a serem entregues

O escopo do serviço de consultoria é **executar a Fase 1 de projeto piloto de Paisagens Florestais Intactas no Brasil, considerando a escala mais ampla da paisagem**, visando a adequada implementação da Moção 23/2022 do FSC Internacional, e em pleno atendimento com todo quadro normativo do FSC, com destaque para:

- *Pilot test of the procedure for development of indicators for the protection of IFL considering the landscape level V1-0* (disponível [aqui](#)).
- *Guidance for Standard Developers to develop a national threshold for the core area of Intact Forest Landscapes (IFL) within the Management Unit* (disponível [aqui](#)).
- *Desenvolvimento de indicadores para a proteção das paisagens florestais intactas, tendo em conta o nível da paisagem* (disponível [aqui](#)).

O website do FSC Internacional possui uma página dedicada a agregar o histórico e os principais documentos relacionados à revisão de PFI, [aqui](#).

Para tanto, estão previstas as seguintes atividades, produtos e prazos:

- I. **Gestão do projeto:** elaboração e entrega de um gráfico de gantt detalhado, contendo o cronograma completo das atividades previstas para a execução da Fase 1 deste projeto, conforme as etapas e entregas descritas no presente Termo de Referência.

Produto entregável

1. Gráfico de gantt, em formato Excel ou outro previamente acordado, incluindo todas as etapas do projeto, com a devida identificação das entregas, prazos e responsáveis, especificando data de início e término de cada atividade, além de indicar dependências entre as tarefas. O gráfico deve ser atualizado periodicamente, de modo a permitir o acompanhando do projeto, sobretudo se houver mudanças significativas no cronograma. O gráfico também deve ser entregue em formato PDF para fins de consulta.

Prazo: 16/12/2024.

- II. **Identificação, mapeamento, análise e interpretação nacional das Paisagens Florestais Intactas:** com base no conceito de PFIs estabelecida no glossário do FSC,

realizar a identificação e mapeamento das PFIs no Brasil, considerando a base de dados publicadas em www.globalforestwatch.org. Considerando as melhores informações disponíveis (i.e., metodologia do GFW, bem como outras bases de dados e informações tecnicamente consistentes e confiáveis), refinar a identificação de PFIs (por exemplo, diante da análise de sobreposição com outras camadas de dados, pode-se chegar a conclusão de que determinada área ou polígono não representa uma PFI na realidade). Utilizar estudos semelhantes realizados na Bolívia e no Peru (a serem fornecidos pelo FSC Brasil). Ao final, propor uma interpretação nacional de PFIs no Brasil, levando em consideração um rigor metodológico e resultados que podem vir a alterar as informações vigentes disponibilizadas pelo Global Forest Watch.

Produtos entregáveis

1. Relatório, em Word e PDF, contendo:
 - a. Mapa com redução da extensão de PFIs no Brasil de 2000 a 2020 (ou mais recente);
 - b. Mapa atualizado com sobreposição das PFIs no Brasil, UMFs certificadas pelo FSC, Unidades de Conservação e polígonos das UMFs relativas às novas concessões florestais de acordo com o PPAOF 2024-2027, em nível federal e estadual;
 - c. Descritivo da base de dados e informações para refinamento da interpretação de PFIs no Brasil;
 - d. Mapa atualizado das PFIs no Brasil, na forma de uma “Interpretação Nacional de PFIs no Brasil”;
 - e. Aplicação dos dados e informações refinadas no produto “b”.
2. Todos os mapas devem ser entregues em PDF e em arquivos em extensão KML e shapefile.

Prazo: 20/01/2025.

- III. **Definição dos limites das paisagens, correlação com PFIs e sugestão de priorização:** considerando fatores como conectividade ecológica, bacias hidrográficas, distribuição de PFIs, presença de territórios indígenas ou de comunidades tradicionais, UMFs certificadas FSC existentes, Unidades de Conservação, e a ampla importância ecológica e social, proporcionar ao Comitê de Desenvolvimento de Padrões (CDP) do FSC Brasil, a melhor abordagem de paisagem que se adapte aos contextos ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos. Embora baseada em um conjunto de variáveis diversas e complexas, a definição das paisagens deve levar em consideração a necessidade de simplificação, para que os resultados sejam operacionalizáveis em termos de sua futura incorporação no Padrão de Certificação FSC para Florestas Naturais no Brasil. Após a revisão e aprovação do CDP dos critérios de limites de paisagens e seus resultados, correlacioná-los com a interpretação nacional de PFIs (produto “e” da etapa anterior) e, a partir de critérios técnicos, sugerir quais paisagens são mais relevantes em termos de necessidade de proteção, viabilidade da manutenção da certificação FSC por empreendimentos certificados e potencial de crescimento da certificação em florestas tropicais.

Produtos entregáveis

1. Relatório, em Word e PDF, contendo o racional explicativo (critérios, definições,



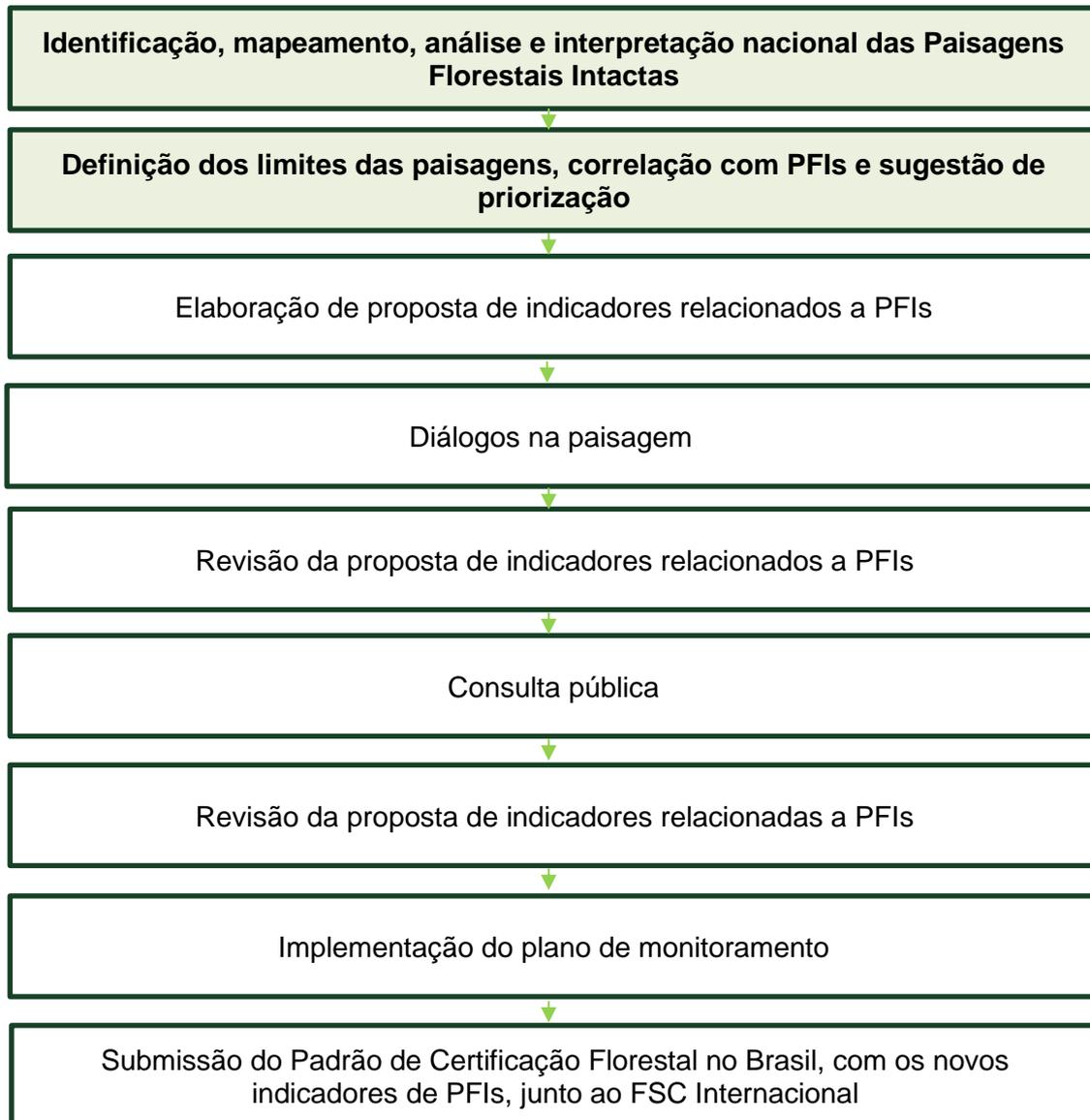
fontes, alcance, impacto, etc) para a definição das paisagens e seus limites, sua correlação com a interpretação nacional de PFIs, e recomendação de priorização, considerando explicitamente o nível da paisagem, a melhoria na conservação da paisagem, a sustentabilidade de operações certificadas FSC de manejo florestal de impacto reduzido e a possibilidade de ampliação de áreas certificadas FSC; e

2. Apresentação executiva do relatório para ser submetida à apreciação e deliberação do Comitê de Desenvolvimento de Padrões e/ou Conselho Diretor do FSC.

Prazo: 17/02/2025.

4. Fluxograma de macro etapas de implementação do piloto de PFIs no Brasil

O propósito do fluxograma abaixo é providenciar uma visualização geral das macro etapas envolvidas na implementação de todo o projeto piloto, considerando que apenas uma parte delas (caixas com preenchimento em verde claro) está diretamente ligada ao escopo do presente Termo de Referência.





5. Duração

De novembro de 2024 a fevereiro de 2025.

6. Competências e qualificações

- Empresa especializada em Engenharia Florestal, Biologia, Ecologia ou áreas afins, com competência em sensoriamento remoto;
- Histórico de experiência e expertise em atividades similares às descritas neste Termo de Referência;
- Experiência comprovada com análise de paisagens e suas diferentes interações, assim como estratégias para seu manejo e conservação;
- Conhecimento sobre certificação FSC e Paisagens Florestais Intactas. Familiaridade com o histórico da discussão do tema dentro do sistema de certificação ao longo dos últimos anos será considerado um diferencial.
- Capacidade para lidar com temas complexos e para conduzir ritos de tomada de decisão de forma eficiente.
- Proficiência na leitura em Inglês, com domínio pleno no idioma sendo considerado diferencial.

7. Apresentação de propostas

Os interessados devem enviar proposta técnica e comercial, incluindo a experiência no tema, para cumprimento deste Termo de Referência, em formato PDF, para o e-mail: alan@fsc.org.br, com o **assunto “TdR Consultoria – Piloto Brasil sobre PFI em escala da paisagem”**, até o **dia 26 de novembro de 2024**.

São Paulo, 14 de novembro de 2024.

Elson Fernandes de Lima
Diretor Executivo – FSC Brasil